

DOCUMENTO FINAL

REUNIÃO DE ALTO-NÍVEL DOS MINISTROS RESPONSÁVEIS PELOS REFUGIADOS NA REGIÃO DOS GRANDES LAGOS

7 de março de 2019, Munyonyo, Kampala, Uganda

1. De acordo com a decisão da Nona Reunião do Mecanismo Regional de Supervisão (ROM) do acordo-quadro para a paz, segurança e cooperação (PSC) para a República Democrática do Congo (RDC) e a região, os Ministros responsáveis pelos refugiados do acordo-quadro para a paz, segurança e cooperação dos estados membros, reuniram-se em Munyonyo, Kampala, Uganda, no dia 7 de março de 2019 para discutir a situação dos refugiados na região dos Grandes Lagos e, chegar a acordo sobre iniciativas críticas para promover soluções amplas e duradouras.
2. O Gabinete do Enviado especial do Secretário-Geral da ONU para a Região dos Grandes Lagos (O/SESG-GL) e o Secretariado Executivo da Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL), co-organizaram a reunião acolhida pelo Governo da República do Uganda.
3. Participaram na reunião os Ministros responsáveis pelos refugiados, ou seus representantes dos seguintes Estados Membros: Uganda, Angola, Burundi, República Centro Africana, República do Congo, RDC, Kenya, Ruanda, África do Sul, Sudão do Sul, Sudão, Tanzânia, e Zâmbia.
4. A reunião foi oficialmente aberta por Sua Excia. Yoweri Kaguta Museveni, Presidente da República de Uganda, como actual Presidente do Mecanismo Regional de Supervisão (ROM), e co-presidida por Sua Excia. Rt. Hon. Dr. Ruhakana Rugunda, Primeiro Ministro da República do Uganda, Sr. Said Djinnit, Enviado especial do Secretário-Geral da ONU para a região dos Grandes Lagos, e o Sr. Zachary Muburi-Muita, Secretário Executivo da CIRGL. Estiveram também presentes o Sr. Basile Ikouebe, Representante Especial da União Africana (UA) e Chefe do Gabinete de Ligação da UA para a região dos Grandes Lagos, membros do corpo Diplomático, representantes de Agências da ONU, outras Organizações Internacionais e a sociedade civil.
5. Uma reunião de especialistas precedeu a reunião Ministerial nos dias 5 e 6 de março de 2019, com a participação de representantes dos Estados Membros, da ONU, da comunidade Diplomática e da sociedade civil.

6. Após as deliberações, os Ministros concordaram com o seguinte:

Situação dos refugiados na região dos Grandes Lagos

7. Com uma estimativa de 4,4 milhões de refugiados e requerentes de asilo forçado a deslocarem-se, manifestaram preocupação com a escala e gravidade da crise dos refugiados na região dos Grandes Lagos. Reconheceram o impacto desproporcional do deslocamento que afecta as mulheres e crianças e, reiteraram a importância da protecção com atenção especial aos grupos vulneráveis.

8. Elogiaram os governos e o povo da região, pela sua generosidade de acolherem os refugiados.

9. Apelaram aos parceiros nacionais, regionais e internacionais para garantirem um financiamento adequado, incluindo montantes adequados e mecanismos de desembolso rápidos, para atender aos requisitos humanitários e de desenvolvimento não atendidos e para apoiar a implementação de soluções duradouras.

10. Reconheceram que os constantes novos casos de deslocamentos forçados, combinados com a presença prolongada de refugiados na região, podem constituir uma fonte de tensão no seio e entre as comunidades e os países vizinhos. Reconheceram também que a presença de refugiados pode apresentar oportunidades de desenvolvimento local que podem beneficiar a ambas populações de refugiados e as comunidades de acolhimento.

11. Concordaram com a necessidade urgente de abordar os motivos impulsionadores e as causas profundas do deslocamento forçado na região, incluindo violência, conflitos armados e violações de direitos humanos, entre outros.

12. Felicitaram a transferência pacífica de poder na RDC, o Acordo revitalizado para a resolução do conflitos no Sudão do Sul e o Acordo de paz na República Centro-Africana, que proporcionam novas perspectivas para a paz e a estabilidade na região. Encorajaram a sua plena implementação e apelaram à comunidade internacional por seu apoio.

13. Felicitaram o tema da UA para 2019 “O ano dos refugiados, repatriados e deslocados internos: rumo a soluções duradouras para o deslocamento forçado em África” e o empenho para implementar as decisões dos Chefes de Estado e de Governo durante a 32ª Sessão Ordinária da Assembleia da UA.

14. Empenhados para promover uma gestão de recursos eficiente e eficaz e, prevenir a corrupção e a fraude na implementação de programas para refugiados e comunidades de

acolhimento, em consonância com o tema da UA de 2018 “Vencer a Luta contra a Corrupção: Caminho Sustentável para a Transformação da África ”e o Pacto Global sobre os Refugiados.

15. Exortaram os Estados Membros a domesticar e implementar os protocolos da CIRGL, inclusive o Protocolo sobre os Direitos de Propriedade das Pessoas Repatriadas.

Soluções abrangentes e duradouras

16. Recomendaram a implementação de soluções duradouras para os refugiados, quer através do seu repatriamento voluntário, seguro e digno, a sua reinstalação em países terceiros, a sua integração local nos respectivos países de acolhimento, ou através de outras soluções locais. Concordaram que isso requer um maior compromisso político, cooperação regional e internacional e partilha de responsabilidades. Isto está em harmonia com a Lei Internacional para os Refugiados, incluindo a Convenção da União Africana que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados em África (1969) e as leis e políticas nacionais aplicáveis.

17. Destacaram a necessidade de consultar os refugiados para garantir que as soluções duradouras buscadas são inclusivas e de natureza voluntária.

18. Saudaram a afirmação em dezembro de 2018 da Assembleia Geral das Nações Unidas do Pacto Global para Refugiados, baseado na Declaração de Nova York para os Refugiados e Migrantes e o Marco Abrangente de Resposta a Fluxos de Refugiados (CRRF) em 2016, para fortalecer a operacionalização de respostas compreensivas. Reconheceram o próximo Fórum Global dos Refugiados a ter lugar em dezembro de 2019 como uma oportunidade única para promover a protecção e soluções para os refugiados.

19. Elogiaram o Kenya, Ruanda, Uganda e Zâmbia por terem adoptado o CRRF e também pelas suas políticas e programas voltados para o futuro, em matéria de inclusão e integração dos refugiados, e encorajaram os outros países a seguirem o exemplo.

20. Destacaram que o retorno voluntário continua a ser a solução preferida na maioria das situações de refugiados. A este respeito, reconheceram os esforços em curso e os novos compromissos para estabelecer Comissões Tripartidas com o apoio do ACNUR. Comprometeram-se a respeitar a natureza voluntária desses retornos e em investir em esforços de longo prazo, para assegurar a reintegração sustentável e digna dos retornados, tomando em conta as necessidades dos retornados e das comunidades a que retornam.

21. Encorajaram os Estados Membros a melhorar a sua cooperação na busca de opções de reassentamento na região, para aliviar a pressão sobre os países que abrigam um grande número de refugiados, em conformidade com a Convenção da UA sobre os problemas específicos dos

refugiados (Art. 2). Apelaram por um aumento de reassentamento e partilha internacional de responsabilidades no espírito do Pacto Global para os Refugiados. Incentivaram os países de reassentamento tradicional, a considerarem o aumento das suas alocações anuais de reassentamento.

22. Reconheceram que muitos casos de refugiados prolongados, conforme definido pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), podem nunca mais ser capazes de retornar aos seus países de origem ou serem reassentados. Além disso, observaram que muitos refugiados nasceram nos países anfitriões. Reconheceram que, para esses casos, a integração local é uma alternativa viável, quando associada ao apoio financeiro e investimento. Louvaram as medidas concretas tomadas pelos Estados-Membros na região dos Grandes Lagos para permitir a integração local e encorajaram outros Estados-Membros a considerarem e a seguirem esforços semelhantes.

23. Ressaltaram que a integração local bem-sucedida requer medidas de permanência legal, liberdade de movimento dos refugiados no território nacional em conformidade com a lei do país anfitrião e inclusão de refugiados nos serviços e sistemas nacionais, como educação, saúde, bem-estar social e serviços de protecção, policiamento comunitário e gestão de terras.

24. Reconhecendo que a inclusão socioeconómica dos refugiados não presume, mas pode contribuir para a integração local como uma solução duradoura, recomendaram o desenvolvimento e financiamento, com o apoio de parceiros, de planos de inclusão socioeconómica local que beneficiem tanto as comunidades refugiadas quanto as anfitriãs no cumprimento dos ODS e a Agenda 2063 da UA. Destacaram que a inclusão socioeconómica precisa ser acompanhada de esforços para promover a coexistência pacífica visando a ambas as comunidades e com acções destinadas a prevenir e enfrentar a degradação ambiental nas áreas de acolhimento de refugiados.

25. Reconheceram o número crescente de refugiados urbanos e sublinharam que é necessária atenção especial e maiores investimentos, inclusive por meio do envolvimento do setor privado, para estratégias de integração local nessas áreas. Também reconheceram o desafio da integração local em áreas rurais remotas, o que requer medidas específicas.

26. Encorajaram os Estados Membros que estão dispostos e capazes a fazê-lo, para facilitar, com o apoio dos parceiros, a naturalização dos refugiados como uma solução duradoura. A este respeito, elogiaram a acção da Tanzânia de naturalizar os refugiados do Burundi e reconheceram os esforços semelhantes de outros países da região dos Grandes Lagos. Apelaram aos parceiros de desenvolvimento internacional para estenderem o seu apoio para permitir uma integração sustentável local.

27. Reconheceram que o acesso à documentação de identidade legal, particularmente o registo de nascimento, é fundamental para prevenir e reduzir a apatridia, de acordo com a Declaração da CIRGL de Brazzaville sobre a Erradicação da Apatridia.

28. Elogiaram o Secretariado Executivo da CIRGL pela iniciativa “Pessoas deslocadas e comunidades anfitriãs da Região dos Grandes Lagos”, e apelaram aos Estados Membros a apoiarem plenamente este projeto. Usar este projeto como um veículo valioso de colaboração adicional para acompanhar os compromissos assumidos nesta reunião.

Para uma estratégia regional de refugiados

29. Elogiando o Secretariado da Comunidade da África Oriental (EAC) pelos progressos no desenvolvimento de uma Política Regional de Gestão de Refugiados e as boas práticas desenvolvidas pela IGAD e outros parceiros em soluções de refugiados, recomendaram que a CIRGL desenvolvesse uma Estratégia Regional para Soluções Duradouras para a região dos Grandes Lagos e um plano de acção para implementar essa estratégia.

Agradecimentos

30. Estenderam os seus agradecimentos à Sua Excia. Presidente Yoweri Kaguta Museveni e o Governo do Uganda, pela hospitalidade em sediar a reunião Ministerial de alto nível sobre Refugiados na região dos Grandes Lagos.

31. Agradeceram aos Estados Membros e a todos os participantes pelas suas contribuições e ao ACNUR pelo seu contínuo apoio aos Estados Membros.

32. Agradeceram ao gabinete Enviado especial do Secretário-Geral da ONU para a região dos Grandes Lagos, a CIRGL e os parceiros internacionais pelo seu apoio à reunião.

Fim.